POLÍTICA

Cabral nada muda

Apesar das críticas do ministro do Exército, o relator Bernardo Cabral vai manter o mesmo texto sobre os militares.

Sistema de governo: o confronto em plenário pode ser inevitável.

A possibilidade de confronto em plenário está cada vez mais próxima.

De um lado, os presidencialistas, capitaneados pelo presidente José Sarney, não só não abrem mão de sua posição por um presidencialismo clássico, modelo norte-americano, como garantem que dos 93 votos da Comissão de Sistematização da Constituinte, contam com 54 quando a questão for decidida em plenário, dias 10 e 17 próximos. Do outro lado, os parlamentaristas, liderados pelo relator da Comissão de Sistematização,deputado Bernardo Cabral, sustentam contar com 47 votos na Comissão, ou seja, metade mais um.

"Se o governo vier com o presidencialismo puro não vai passar", previu ontem Bernardo Cabral, que disse apostar na negociação de um sistema misto, mais próximo do sistema parlamentarista por ele proposto no primeiro substitutivo ao projeto da futura Constituição. "Continuo com a diretriz de que somente o sistema de governo presidencialista, com o núcleo de poder e de gestão nítido e com a existência de um Congresso participativo, estaremos caminhando para completar o processo de transição" — foi o recado do presidente Sarney, transmitido pelo porta-voz Frota Neto, segundo quem Sarney mandou que ele desmentisse informações de que estaria negociando um sistema presidencialista mitigado, contra o parlamentarismo.

Diante desse impasse e com a probabilidade de que Cabral não incorpore a emenda presidencialista ao projeto, que deverá estar pronto e publicado até o dia 9 de setembro, haverá confronto. E é para isso que a liderança do governo se prepara, bem como os parlamentaristas. Isso, apesar de tanto o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, e o próprio Bernardo Cabral, virem anunciando negociações na tentativa de se chegar ao consenso, antes do confronto em plenário.

Sant'Anna tentava esse acordo até as últimas horas de ontem, mas os parlamentares se queixavam de que o governo quer promover "um acordo entre a guilhotina e o pescoço", já que a emenda do governo dá ao presidente a chefia do Estado e do governo e elimina as figuras do conselho de ministros e do primeiro-ministro indicados pela Câmara. Entendem que o fato de a emenda permitir votos de confiança a determinados ministros não caracteriza o sistema misto.

Até ontem, o otimismo estava com os presidencialistas. Além dos dados positivos (54 presidencialistas na Sistematização) levados a Sarney por Ulysses Guimarães e Marco Maciel, o líder do governo e os dirigentes do PMDB e do PFL assinalavam que se sua tese for derrotada, por hipótese, na Sistematização, o debate será levado ao plenário da Constituinte e lá, com algum esforço, farão valer seu ponto de vista.

Já os parlamentaristas estava pessimistas e o próprio Cabral admitia que se não conseguirem aprovar o regima na Sistematização, tudo estará perdido, por considerar impossível arregimentar os 280 votos necessários no plenário da Constituinte, para mudar o sistema de governo.

O PFL também está jogando todo seu peso na aprovação do presidencialismo, por acreditar que, ganhando o parlamentarismo, o PMDB dominará totalmente o governo por ser maioria no Congresso. Enquanto isso o PMDB está dividido entre os constituintes que de sejam o parlamentarismo por ideal ou doutrina e os que pretendem simplesmente reduzir os poderes do presidente e imaginam utilizar o poder parlamentarista em favor de seus interesses pessoais.

Cabral, porém, quer a implantação do parlamentarismo apenas a partir do mandato do sucessor de Sarney, por considerar que ele foi eleito pelo sistema presidencialista e não deve ter seus poderes reduzidos, devendo em seu último ano de governo comandar o processo de transição.

Mas o presidente Sarney, segundo Frota Neto, não se sensibiliza com isso, argumentando que não há condições de manter a estabilidade do País, no momento, a não ser através do presidencialismo. Recado semelhante foi transmitido pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que esteve ontem em Piquete com o presidente, que lhe confirmou pessoalmente ser favorável ao presidencialismo clássico.

Já o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, criticou severamente a interferência do presidente Sarney nos trabalhos da Constituinte, ao patrocinar a emenda presidencialista, afirmando que ele "comete um excesso, uma demanda". Para Covas, ele tem direito de se manifestar sobre o tema na condição de presidente e de cidadão mas não de encaminhar emendas e de engajar ministros e forças políticas para aprovar questões de seu interesse.

Covas reconheceu que o relator Bernardo Cabral "está sob fogo cruzado", mas o acusou de ter responsabilidade nisso pelo fato de "ter falado demais e até de ter colocado algumas questões que eu mesmo não colocaria". O senador não revelou quais seriam essas questões, mas observou que Bernardo Cabral "abriu demais o flanco".

Plebiscito

Segundo o governador Orestes Quércia, que também esteve em Piquete com Sarney, o presidente só apoiaria um plebiscito — proposto pelo governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, para que o povo decida se quer presidencialismo ou parlamentarismo — se abrangesse todos os itens da nova Constituição.

O assunto, aliás, deverá ser um dos principais temas da reunião de 12 governadores marcada para amanhã, em Florianópolis, não havendo previsão sobre os resultados.

Numa antecipação, o Palácio do Planalto encomendou pesquisa à LPM, nas principais capitais do País, na qual o parlamentarismo ganhou apenas em Porto Alegre e Fortaleza.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, não vai alterar uma só vírgula do artigo do seu substitutivo que dispõe sobre o papel das Forças Armadas e que tanta polêmica vem causando entre os ministros militares. Ele se referiu ao artigo 192, segundo o qual as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, e, por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional. Ele reiterou não ter firmado nenhum acordo com ministros militares.

O deputado Bernardo Cabral comunicou sua decisão, ontem, durante reunião com as lideranças dos pequenos partidos e do Movimento de Unidade Progressista (MUP) do PMDB no gabinete do líder do PDT, Brandão Monteiro, onde foram discutidas soluções para algumas das questões mais polêmicas da Constituinte.

Ele explicou, por exemplo, que se não fosse a intransigência dos militares punidos pelo regime de 64 e a favor da reintegração, teria sido possível aprovar o pagamento dos vencimentos atrasados. Como os não anistiados ficaram irredutíveis nesse ponto, Bernardo Cabral não sabe como o problema será agora solucionado.

Enquanto isso, ainda repercutiam ontem entre alguns parlamentares a reunião mantida no dia 26 de agosto pelo relator Bernardo Cabral com o líder do PDT, Brandão Monteiro, numa das dependências do Prodasen. Falando da anistia e do papel das Forças Armadas, Cabral disse a José Genoíno (PT), Jamil Haddad (PSB) e aos demais

Cabral aos líderes: nada muda.

que a situação estava muito grave, com ameaças de golpe: "Vocês não sabem o que está acontecendo. As pressões são muitas. Esta Casa esteve sob ameaça de fechamento".

Esta conversa foi relatada da tribuna no dia 31 pelo líder pedetista, informando que estava autorizado por Cabral. "Achei que deveria falar, diante das declarações do senador Fernando Henrique à imprensa, de que o relator havia quebrado compromisso com os ministros militares" — disse Brandão Monteiro.

Depois que a informação vazou e com as críticas do ministro do Exército ao relator e à Constituinte, a interferência dos militares na vida política do País e uma possibilidade de golpe ganharam destaque. Para o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, entretanto, nada disso é verdade:

— Não somos uma republiqueta, e golpe só existe na imaginação dos que não desejam que o Brasil tenha, realmente, seu futuro como Nação democrática, respeitada — assinalou, ontem, em entrevista na Escola Superior de Guerra, no Rio.

Os líderes dos partidos não emprestaram maior importância à revelação de Cabral, segundo a qual o País esteve à beira do golpe militar, antes da entrega de seu parecer:

— Mesmo que isso fosse verdade, não se deveria dizer. Golpe coisa nenhuma. Só se for de jiu-jitsu — ironizou o líder José Lourenço, do PFL.

O senador Carlos Chiarelli (PFL) saiu-se com essa: "Isso está ficando muito público para ter possibilidade de êxito. Parece parque de exposições". O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) expressou incredulidade: "É mais fácil um boi voar que haver um golpe".

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, afirmou, por sua vez, não estar preocupado com as declarações do ministro do Exército. "Quem quiser dar golpe vai, de início, quebrar a Constituição, tenha ou não artigos antigolpes — disse.

Para o governador Orestes Quércia, não há crise à vista. "Nós estamos acostumados a interpretar as palavras dos militares com o alcance de provocar crises. Não é o caso" — salientou.

No Senado, porém, o senador Jamil Haddad revelou-se preocupado com a situação do País. "Parece existirem setores do governo interessados em provocar uma convulsão social no País, para justificar a aplicação de novas medidas de exceção."

Ao ocupar a tribuna para defender o presidencialismo, o senador Édison Lobão (PFL-MA) confessou-se "tanto quanto o senador Afonso Arinos, em 1949, preocupado com o reingresso do País numa ditadura, seja ela civil ou militar".

E as "andorinhas" foram à comissão. Para aplaudir.

Ao contrário dos outros dias, em que o senador Afonso Arinos entra no plenário da Comissão de Sistematização sempre tranqüilo, mas sério, ontem ele chegou sorridente, expansivo e assim caminhou até a mesa-diretora, para abrir mais sessão de debates de emendas populares. E, de olhos voltados para as galerias, proclamou: "Vejo que as galerias estão povoadas de andorinhas de Campinas e quero sauda-las, antes de iniciarmos nossos trabalhos". Feito isso, Arinos passou a acenar com os dois braços, em direção às galerias, repletas de escolares.

O presidente da Comissão de Sistematização explicou então que, vendo tantas centenas de escolares, em alegre alarido, se lembrou de uma página de Ruy Barbosa exatamente sobre "as andorinhas de Campinas".

A pauta dos trabalhos da Comissão de Sistematização reuniu oito emendas populares, versando sobre os direitos e garantias da criança e do adolescente e sobre educação.

A primeira delas, com 46.297 assinaturas, relativa aos direitos da criança e do adolescente, teve como expositor o professor Vital Didonet, que defendeu, sob aplausos, uma nova estrutura em que todas as crianças sejam consideradas como seres humanos.

A segunda emenda, versando sobre o mesmo tema, foi defendida pelo professor Deodato Rivera, que apresentou dados estatísticos: "400 mil crianças de 0 a 4 anos de idade morreram no Brasil no ano passado, o que equivale a uma devastação cinco vezes superior à da bomba atômica de Hiroxima".

O plenário assistiu, depois, ao debate da emenda popular oferecida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sob o tema "Educação" e tendo como expositor o bispo diocesano de Bauru (SP), d. Cândido Padim, que se revelou frustrado com o capítulo relativo à educação. Notou que falta uma conceituação sobre o ideal da educação e especialmente quanto à qualidade do ensino.

Noite

Manter Sesi, Senai, Sesc e Senac com suas estruturas, organização e fontes de renda atuais, por serem capazes de conciliar a eficácia profissional com o alcance de objetivos sociais, foi a tese defendida na noite de ontem na Comissão de Sistematização pelo 1º vice-presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira, ao discutir emenda popular com 423.678 assinaturas, pela preservação daquelas entidades. A sessão foi toda dedicada ao assunto.

À tarde, porém, antes de participar da reunião noturna, o presidente da Fiesp, Mário Amato, visitou o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, em seu gabinete, durante quase uma hora para discutir as divergências e convergências em relação à futura Constituição.

Perguntado a respeito, o presidente da Fiesp alinhou para os jornalistas suas concordâncias com o PT:

"Queremos uma política econômica que gere mais empregos, uma política habitacional, de saúde e de educação que traga mais benefícios para a população; queremos a administração dos fundos sociais pelo governo, empresários e empregados. Nossas divergências giram em torno das 40 horas e da estabilidade no emprego. Vamos discuti-las para chegar a um denominador comum" — assinalou.

Tributação

Também a proposta tributária constante do substitutivo do relator Bernardo Cabral foi objeto de reuniões ontem. "É uma vergonha que se esteja condicionando a efetivação da rolagem da dívida e a liberação de dinheiro novo para os Estados e Municípios ao comportamento dos constituintes em relação a temas de interesse do governo." O comentário foi feito, ontem, pelo prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, que esteve em Brasília em companhia de prefeitos de várias outras capitais, para discutir com o deputado José Serra a questão tributária, encarregado do assunto pelo relator Bernardo Cabral.

O grupo se reuniu no gabinete do líder do governo no Senado, Fernando Henrique Cardoso e, pouco antes de começar a análise do assunto, o prefeito do Recife manifestou seu descontentamento com o tratamento dado pelo governo à rolagem da dívida e da liberação de recursos. Além da rolagem não ter sido efetivada, segundo Jarbas Vasconcelos, devido à falta de informações dos órgãos encarregados de tratar do assunto, como a Caixa Econômica Federal, os municípios estão enfrentando graves dificuldades por causa da inexistência de recursos.

Quanto à reforma agrária, o relator Bernardo Cabral disse que, se não houver acordo, será impossível a adoção de uma fórmula que seja aceita por todas as correntes políticas na Constituinte. Os líderes dos pequenos partidos, durante reunião ontem com o relator, disseram que não concordam, em hipótese alguma, com a conversão dos títulos da dívida agrária em dinheiro.

Já a imissão de posse de terras desapropriadas para fins de reforma agrária só poderá ser feita depois de processo administrativo e judicial em rito sumaríssimo, segundo proposta de emenda a ser apresentada ao substitutivo pelo grupo liderado pelo deputado Roberto Cardoso Alves.

Apesar de os entendimentos no grupo de consenso liderado pelo senador José Richa, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, e da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles, estão convencidos, segundo seus assessores, que será realmente improvável a obtenção de consenso sobre a reforma agrária. A disputa, portanto, será em plenário, segundo previsão de parlamentares de diversos partidos.

Polícia Federal perde espaço e reclama

O substitutivo do deputado Bernardo Cabral causou perplexidade na Polícia Federal, dando poder de "polícia fiscal" à receita, que também deverá prevenir e reprimir o contrabando e o tráfico de armas e entorpecentes. "A Polícia Federal com seus agentes altamente treipudos fica pulverizada, praticamente deixa de existir", comenta o delegado Wilson Alfredo Perpétuo, presidente da associação dos delegados da PF.

Os agentes federais se preocupam com o tráfico de drogas e as quadrilhas internacionais que se sofisticaram, desafiando as polícias estaduais e passando agora a "investir" em vários ramos, trocando cocaína por café, carros roubados e outros produtos. "Esvaziada pela Constituinte a polícia não poderá agir e de nada valerá estarmos equipados, com pessoal especializado no Exterior, pois quando começamos a ganhar a guerra do tóxico, apreendendo milhares de quilos de cocaína, destilarias, éter, maconha, perdemos nossas atribuições para a receita, que não é preparada para isso", diz o delegado Perpétuo.

Já o presidente da Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal, Vicente Chelotti, lamenta que depois de tanto trabalho, contatos com os constituintes, palestras na subcomissão de segurança que aprovou por unanimidade as teses da PF, "tudo seja mudado na última hora". Ele confia nos constituintes e acha que o plenário restabelecerá os poderes de que a PF precisa: "Aliás é a sociedade que exige isso, como aconteceu no plano cruzado, ao apelar e confiar nos nossos agentes".

Critica-se a criação de uma polícia paralela sem necessidade, sendo que atualmente há convivência pacífica com a receita, que resolve as dúvidas dos agentes federais, que por sua vez se encarregam da repressão.

A PF é altamente especializada e a admissão segue a vocação policial, enquanto quem entra na Receita deve ter vocação tributári. "Por isso, acho que eles não reivindicaram essas novas atribuições, deve ter havido confusão e certo desconhecimento por parte dos constituintes", comenta Perpétuo.

Os agentes federais alegam ainda que o órgão é o que menos sofre com a corrupção, que sempre é exemplarmente punida. Além disso, o nível mínimo de instrução para agentes, escrivães e papiloscopistas é o curso médio completo. Mesmo assim, pelo menos 80% deles já têm curso superior e o restante está na universidade, enquanto para delegados, peritos e censores é exigido o curso superior.

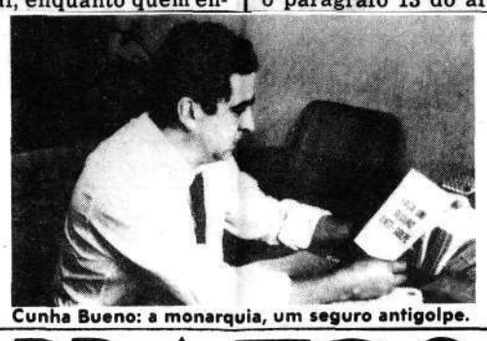
Alguns delegados desabafam perplexos que a PF já foi comparada em eficiência ao FBI. "Claro que a Constituinte deve inovar, mas não mudar o que está dando certo. Em time que está ganhando não se mexe."

Como identificar

Ninguém entendeu também o parágrafo 13 do artigo 6º dos direitos individuais, ao dizer que "ninguém será identificado criminalmente antes da condenação definitiva". Os policiais alegam que somente as impressões digitais são imutáveis e seguras. Como ficou, alguém processado pode estar usando nome e documentos falsos e, quando chegar a ser condenado, já poderá estar com identidade nova. Como será então encontrado e preso?, perguntam.

O item XXI do artigo 31 (da União) também está causando mal-estar porque transforma PF em polícia rodoviária e ferroviária. "Não é possível que depois de tanto treinamento os agentes fiquem se preocupando com cavalo morto na pista ou batedor de carteira das estradas", afirma Wilson Alfredo Perpétuo. Ele e Vicente Onelotti fazem questão de dizer que não querem criar polêmica mas apenas que a PF possa utilizar o treinamento especial que tem e assim retribuir o que recebe dos contribuintes da melhor maneira.

Ulysses recebe o comitê de mulheres da ONU



Cunha Bueno: a monarquia, um seguro antigolpe.

Educação: reunindo centenas de escolares.

PRAZOS

Todos ganham mais tempo. Para pensar e agir.

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte decidiu ontem, em reunião com os líderes partidários, adiar de hoje até a meia-noite de sábado o prazo para que os 559 constituintes possam apresentar emendas ao primeiro substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Com isso, todos os demais prazos foram estendidos. O relator Bernardo Cabral terá agora de domingo até o próximo dia 15 para elaborar, com base nas emendas, seu segundo substitutivo. Parlamentaristas e presidencialistas também ganham mais tempo para tentar um consenso quanto ao sistema de governo ideal para o País.

Bernardo Cabral considerou muito boa a prorrogação do prazo de emendas e mesmo do seu tempo para elaboração do segundo e definitivo parecer, porque com isso "ganha-se tempo para o confronto em plenário". O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ressaltou que o adiamento possibilita o prosseguimento das negociações em torno de emendas de consenso ao substitutivo. Os pontos mais polêmicos da futura Constituição são sistema de governo, reforma agrária e duração do mandato presidencial.

Ulysses, confiante.

Na opinião de Ulysses Guimarães, é possível que os parlamentares de diferentes tendências cheguem a acordos sobre quase todos os itens do substitutivo, inclusive regime de governo. Já existem, inclusive, segundo ele, um ou dois textos preliminares sobre essa questão que estão bons e podem permitir o acordo, em sua análise. Porém, indagado pelos jornalistas quem eram os autores dos textos, Ulysses respondeu: "De quem são? Não sei, esqueci". Já o líder do PMDB, senador Mário Covas, acha que sobre regime de governo "não há hipótese de entendimento, mesmo com o prazo dos trabalhos dilatado".

Com a distensão do período de apresentação de emendas, o líder governista na Câmara, Carlos Sant'Anna, também ganhou mais tempo para tentar o entendimento para a manutenção do presidencialismo, com algumas concessões ao parlamentarismo. Segundo o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), compadre e amigo pessoal do presidente Sarney, se não for possível um acordo na Aliança Democrática, será apresentada a emenda do governo sobre o assunto — encaminhada por um constituinte —, defendendo o presidencialismo.

Segundo Prisco Viana, Sarney não aceita a adoção do parlamentarismo no seu último ano de governo, como vem sendo discutido por lideranças peemedebistas a título de solução do impasse. Ele explicou que, se o entendimento não acontecer até sábado, as negociações prosseguirão mesmo depois dessa data e até a apresentação do segundo substitutivo para votação, na Comissão de Sistematização.

Só em dezembro

Segundo cálculos do relator Bernardo Cabral, somente por volta dos primeiros dias de dezembro será possível promulgar a nova Constituição, apesar de todos os esforços do deputado Ulysses Guimarães para que isso se dê em 15 de novembro próximo. Ontem, Ulysses garantiu que o adiamento dos prazos não impedirá a promulgação da Carta na data desejada, porque o anteprojeto, se aproveitadas todas as emendas de consenso, chegará ao plenário com menos questões polêmicas a serem discutidas.

"Ainda vamos gastar muita saliva para lubrificar a máquina da Constituinte", disse Ulysses, que comentou um outro item polêmico: o plebiscito ou referendo popular para a futura Constituição. Para ele, isso deve acontecer sobre todo o documento e não por partes, como querem alguns parlamentares.

O adiamento dos prazos foi decidido em reunião de todos os líderes partidários com os membros da Mesa da Constuinte. Agora, o cronograma ficou assim: até sábado, dia 5, às 24 horas, apresentação de emendas; de 6 a 15, Cabral elabora e apresenta seu segundo substitutivo; 16 e 17, publicação e divulgação dos avulsos; 18 a 20, pedidos para votação de destaques e para que os constituintes tomem conhecimento dos destaques; de 21 de setembro a 2 de outubro, deliberação do segundo substitutivo pela Comissão de Sistematização; 3 e 4, publicação do texto aprovado na Comissão de Sistematização; dia 5, início da apreciação do projeto pelo plenário da Constituinte, sem prazo definido para conclusão.

O que esconde o plebiscito

Freitas Nobre

*Algumas lideranças oposicionistas levantaram, de início, a sugestão do **referendum**, visando obter a manifestação popular a respeito da nova Constituição.*

*Em alguns países, as questões nacionais podem ser colocadas na dependência do **referendum** através do voto que aprova ou rejeita determinada proposta.*

*Os problemas suscitados com certas matérias e que envolvem uma decisão do **sim** ou do **não**, colocada de forma simples e clara, à maneira das decisões do povo romano reunido em praça pública para manifestar-se pelo voto, vem sendo motivo de outras especulações na área política.*

Por exemplo, antes da declaração de autonomia de um novo distrito ou de um novo município, é normal que se processe a um plebiscito para que a comunidade local decida da oportunidade ou não dessa separação. E sempre a decisão fica na dependência do resultado dessa consulta plebiscitária.

*Alguns povos têm o hábito do **referendum**, inclusive para o texto constitucional, quando o eleitorado no seu conjunto aprova ou rejeita a Constituição que lhe é apresentada.*

*A Constituição americana que havia sido aprovada pela maioria dos Estados, ficou, durante alguns anos, na dependência do **referendum** das unidades que não a haviam ainda subscrito e só passou a ter vigência, quando todos os que compunham a federação americana a subscreveram.*

*Apesar de vir o plebiscito da palavra latina **plebiscitum**, sua origem não é romana, mas grega. As decisões tomadas em Atenas e outras cidades da Grécia resultavam do plebiscito popular cujos votos, tomados em conchas, eram em seguida apurados.*

No Brasil este é um hábito raro.

A primeira razão é porque o Executivo, que sempre toma a iniciativa dessa consulta, só a faz ou permite quando está seguro do resultado que lhe é conveniente. Assim foi com João Goulart, promotor do plebiscito sobre parlamentarismo e presidencialismo, numa ocasião em que o sistema parlamentarista havia sido adotado como remendo para a crise militar e institucional que fora deflagrada com a renúncia de Jânio Quadros e a assunção polêmica do vice-presidente da República.

Alguns governadores reúnem-se amanhã, em Florianópolis, para discutir vários temas que eles procuram disfarçar com a proposta do plebiscito para o sistema de governo.

*Ora dizem querer uma espécie de **referendum** para a nova Constituição e se esquecem de que os constituintes foram eleitos recentemente para redigir o novo texto constitucional, ora classificam a medida como um plebiscito.*

O objetivo é bem outro: os governadores querem é valorizar-se nas negociações com o poder central e forçar o encaminhamento de recursos para seus respectivos Estados, convencidos de que as verbas que o presidente recusa, a pretexto de uma crise de "pão e água", explodem como champanhe e sobem aos 8 bilhões de cruzados destinados no orçamento de 1988 para a Ferrovia Norte-Sul.

Nessa reunião, o que desejam os chefes de executivos estaduais é planejar a ação de suas respectivas bancadas na Constituinte, de acordo com pontos comuns relativos não apenas ao sistema de governo que lhes interessa, hoje como governadores, e amanhã como postulantes à presidência e à vice-presidência da República, alimentando cada um os sonhos dessa nova etapa eleitoral.

O presidente Sarney percebeu o jogo e procurou esvaziar a reunião, com uma declaração contrária ao plebiscito. Ele não pretende esperar o fato consumado. Os governadores que têm, sem dúvida, o controle da quase totalidade de suas respectivas bancadas, alguns deles a unanimidade, não precisariam da ameaça do biombo do plebiscito numa fase de impopularidade do governo. Nele, o julgamento será altamente perigoso, até porque a última pesquisa do Gallup deu apenas 36% ao presidencialismo e, ainda, assim, observe-se que a consulta foi encomendada pelo Palácio do Planalto!

Mas os governadores querem amarrar melhor suas bancadas, tendo em vista a preferência pelo período de 5 anos em lugar dos 6, a reforma tributária que está ameaçada pelo ministro Bresser, e, naturalmente, o sistema de governo que pode resvalar para os Estados, além de frustrar os sonhos executivos do futuro.

*Estão, porém, os governadores na condição do pai que era interrogado pelo filho sobre o significado da palavra **plebiscito**. Ignorando-a, incriminava o jovem de "péssimo estudante", mas o que queria, realmente, era mostrar-se irritado com a ignorância do filho, o que lhe permitiria ausentar-se para consultar o dicionário...*